

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO PROJÓVEM URBANO SOBRE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: A BUSCA PELA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Josué Teixeira Abreu Neto
Gleíza Guerra de Assis Braga
Roberta Lúcia Santos de Oliveira

RESUMO

O presente artigo trata de uma pesquisa de campo de cunho exploratório, descritivo, do tipo estudo de caso, realizada por meio de aplicação de questionários aos alunos de uma turma do projóvém urbano. O objetivo foi o de verificar a contribuição da educação profissionalizante para a mobilidade social e inserção dos jovens da turma de PROJÓVEM URBANO de uma escola Municipal de Fortaleza no mercado de trabalho. A pesquisa apontou que os estudantes acreditam que o curso profissionalizante os empoderará de mais conhecimento e lhes darão também uma perspectiva financeira. No entanto, essas vantagens não estão diretamente relacionadas à garantia de emprego formal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional, Mobilidade Social, Mercado de trabalho

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico e o processo de globalização, o mercado de trabalho torna-se mais competitivo, exigindo um perfil mais qualificado de seus profissionais.

O avanço tecnológico é resultado da criatividade humana e tornou-se essencial no mundo globalizado. Entretanto, a mesma tecnologia que auxilia o ser humano pode representar uma ameaça, ao substituí-lo no mundo do trabalho.

Nessa nova sociedade do conhecimento, garantir uma vaga no mercado de trabalho necessita, dentre outros fatores, de competências associadas à sua área de atuação. Dessa forma, é necessário o desenvolvimento do capital humano, pois este é o único fator de uma empresa que é constituído de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA), exercendo papel fundamental dentro de uma organização e trazendo um maior diferencial competitivo (BOHLANDER; SNELL; SHERMAN, 2003).

Nesse sentido, o questionamento que direciona essa pesquisa é: qual a contribuição da educação profissional para a mobilidade social e inserção dos jovens da turma de Projovem Urbano de uma escola municipal de fortaleza no mercado de trabalho?

Para responder essa questão, foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo geral: **Verificar a contribuição da educação profissional para a mobilidade social e inserção dos jovens da turma de Projovem Urbano de uma escola Municipal de Fortaleza no mercado de trabalho.**

Como objetivos específicos busca-se:

- Descrever a percepção dos educandos em relação à expectativa de inserção no mercado de trabalho;
- Refletir sobre os fatores determinantes para a inserção dos jovens da turma de uma escola municipal no mercado de trabalho.

- Discutir a contribuição do trabalho para a mobilidade social dos jovens.

Para tanto, esse trabalho está dividido em 6 (seis) seções. A primeira consiste na parte introdutória desse trabalho, a segunda apresenta a metodologia utilizada nessa pesquisa, a terceira traz as mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea, a quarta aborda a educação profissionalizante e a quinta os resultados da pesquisa. Tem-se ainda a conclusão e referências bibliográficas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Método, de acordo com Gil (2007, p. 26) “é o caminho para se chegar a determinado fim e método científico são métodos intelectuais e técnicos, adotados para se atingir um conhecimento”.

Gil (2007) elucida que o primeiro passo, antes de se iniciar uma pesquisa social, normalmente, é quando o pesquisador determina o problema a ser pesquisado, que pode ser qualquer questão não resolvida que seja objeto de discussão em qualquer área do conhecimento, que involuntariamente, recebe influências do meio cultural, social e econômico do pesquisador.

Para que os objetivos sejam alcançados, são definidos os métodos que estruturam este estudo.

Na fase inicial do desenvolvimento de uma verificação é preciso fazer a pesquisa bibliográfica com o intuito de conhecer mais sobre o assunto a ser analisado: Saber se já existem trabalhos publicados acerca do tema, se é interessante repetir a investigação com os mesmos objetivos, quais os métodos utilizados em outras investigações, decidir o melhor método de pesquisa para ser aplicado para garantir a eficiência do resultado final. Ela constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

De acordo com Markoni e Lakatos (2006) a pesquisa bibliográfica tem como finalidade posicionar o leitor, o colocando em contato com tudo que foi escrito, dito ou

filmado sobre determinado assunto.

Quanto aos objetivos do trabalho, trata-se de uma pesquisa Exploratória e Descritiva. De acordo com Gil (2007) a pesquisa Exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito. A Descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos.

3 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A crise no mercado de trabalho e as poucas chances para um bom desenvolvimento administrativo acarretam um alto índice de desemprego o que traz consigo a competitividade entre os trabalhadores.

Existem duas necessidades principais para o atual mercado de trabalho, primeiro é a formação escolar e depois a formação contínua, ou seja, a atualização do profissional. Segundo Crawford (1994) as partes envolvidas nesta sociedade de capital humano – que significa pessoas estudadas e especializadas – são o ponto central na transformação global.

Com a busca das empresas a adaptar-se às novas exigências de competitividade para garantir progresso na nova configuração do mundo globalizado, o mercado de trabalho também tem promovido alterações em sua estrutura e dinâmica tendo como consequência o desemprego, a precarização nas condições e relações, diminuição do emprego industrial, redução do serviço assalariado com registro e aumento do trabalho sem registro, do trabalho temporário. Enfim, há um aumento da participação do setor informal, do trabalho flexível e o agravamento da exclusão social.

Diante das inúmeras mudanças as empresas estão se informatizando, reduzindo seus quadros de funcionários e exigindo maior qualificação profissional, portanto exigem um novo trabalhador, mais polivalente e qualificado.

As empresas passam a promover uma constante reciclagem desse trabalhador, Por isso, elas passaram a defender a desregulamentação do mercado de trabalho. Essa desregulamentação tem levado à precarização das relações de trabalho e à redução dos custos.

No geral as mudanças se dão não somente na organização da produção e do trabalho, mas na oferta de empregos, Pochmann (1999, p. 35 e 36) elucida:

Redução do emprego direto na produção e maior subcontratação de trabalhadores; alteração da organização da produção (just in time, lay out, logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores), que implica na redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outras; alteração da organização interna do trabalho: há redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado nas atividades secundárias, que implica na redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão e maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informatização do trabalho nos postos secundários e a redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outros).

Essas mudanças estão voltadas para a produtividade, a competitividade e à redução do emprego, portanto pode-se dizer que o desemprego tem sido resultado das transformações no mercado de trabalho e nas bases produtivas e organizacionais, gerados pelo fenômeno da globalização.

Dessa forma percebe-se claramente a importância de atualização profissional, inclusive em relação aos gestores que necessitam estarem muito bem preparados tanto em termos de qualificação, quanto para lidar com pessoas o que é bem mais complicado, mas de extrema importância para o seu sucesso, bem como o da empresa.

4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

A educação profissionalizante passou a ser reconhecida no Brasil somente na década de 1930, ganhando relevância a partir das décadas de 1940 e 1950, com os movimentos de cultura popular. Com o desenvolvimento industrial, o país começou a

valorizar a educação dos adultos voltada para o domínio da língua falada e escrita e de técnicas de produção e meio de progresso do Brasil.

No período colonial, a educação não era necessária para o trabalho e, portanto:

O modelo agroexportador fundamentava a organização da economia na produção de produtos primários, predominante agrário, destinado à exportação para as metrópoles. Durante séculos essa economia se assentava em um só produto de exportação (açúcar, ouro, café, borracha), razão pela qual o modelo agroexportador era exatamente vulnerável. Dependia das oscilações do mercado dos países de economia hegemônica. Esse modelo perdurou até a crise do café em 1929 [...]. Pode-se dizer que nesse período uma política educacional estatal é quase inexistente (FREITAG, *apud* MIRANDA, 2003, p.65).

Com o período jesuíta, as práticas de educação ficaram voltadas para a participação direta nas atividades de caça, pesca e confecção de objetos. Segundo Manfredi (*apud* CUNHA, 2002, p. 69): “foram criados os colégios oficinas onde quem ministrava o ensino eram os irmãos-oficiais, mas a produção era organizada de forma autárquica”.

No intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil, muitas campanhas foram realizadas. Entre os anos de 1952 a 1963, foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, gerando uma mudança na forma de pensar nos adultos sobre a educação da época (CARVALHO, 2009).

No início da década de 70, surgiu o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, cujo material didático era produzido por professores de várias regiões do país, o que acarretava em diferenças linguísticas e socioculturais dos alunos (CARVALHO, 2009, p. 61). Este método foi extinto depois de ter sofrido várias críticas acerca de seu sistema de ensino e aprendizagem.

Ainda na década de 70, cria-se o Ensino Supletivo utilizando-se de várias tecnologias para reduzir o déficit educacional, mas no início da década de 90, este perdeu seu espaço já que o órgão que o regulamentava, a Fundação Escolar foi extinta e a Educação de Jovens e Adultos teve sua responsabilidade transferida para Estados e Municípios, passando a EJA a ser o estabelecimento de uma política de universalização do ensino de qualidade.

Com a criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) pelo Governo de Fernando Collor, em 1990, pretendia-se reduzir o número de analfabetos no país num prazo de cinco anos, porém percebe-se que houve desvio nas intenções do programa já que vários recursos eram liberados para empresas e instituições que não tinha nenhuma preocupação com a alfabetização. Nas palavras de Sérgio Haddad (1994, p. 97):

O PNAIC se propôs a promover e mobilizar ações de alfabetização, através de comissões municipais, estaduais e nacional, envolvendo os diversos setores interessados das esferas públicas e da sociedade civil em geral. Enquanto as comissões se mobilizaram, o governo federal assinava convênios, repassando fundos mediante critérios clientelistas e sem controle destas comissões, tanto do volume de recursos, quanto do número de projetos e a quem se destinavam.

Com o “*impeachment*” do Presidente Collor, assume o poder seu vice, Itamar Franco, que passou a buscar a implementação de um programa que não só visasse a alfabetização, mas também a garantia do Ensino Fundamental para Jovens e Adultos. Surgem, assim, as Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, sobre a qual o ministro de educação e desporto da época, Murilo de Avellar Hingel, pronunciou:

O documento de diretrizes da Política de Jovens e Adultos, que o Ministério da Educação e do Desporto tem a grata satisfação de editar e divulgar, organizado com a participação da Comissão Nacional de Jovens e Adultos, deverá ser entendido como a manifestação da vontade política do Governo de cumprir o que determina o Artigo 208, caput, inciso I, parágrafo 1º e 2º, isto é, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente. (HINGEL, 1994, p. 07)

Em 2003 foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo com a meta de erradicar o analfabetismo em quatro anos, sendo nessa oportunidade iniciado o Programa Brasil Alfabetizado contando com o auxílio do MEC. No ano seguinte, surge a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com ações vinculadas a Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Já em 2005 é criado o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), com a missão de reduzir as taxas de abandono escolar e o desemprego juvenil. Em 2006, é lançado o PROEJA, Programa de Integração Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a fim de possibilitar o acesso ao Ensino Técnico – Profissionalizante aos alunos da EJA. Por fim, em 2009 com a realização da VI CONFINTEA foi destacada a importância da Educação de Jovens e Adultos para o enfrentamento dos desafios culturais, políticos e sociais do Brasil (UNESCO, 2009).

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se o perfil dos respondentes da pesquisa e os resultados encontrados nas respostas dos entrevistados para fins de discussão.

5.1 Perfil dos respondentes

Inicialmente buscou-se saber a faixa etária dos entrevistados. Conforme gráfico 1, a maioria (5) possui entre 26 e 29 anos, seguido de educandos com idade entre 20-22 anos. Apenas 1 entrevistado possui entre 18 e 19 anos.

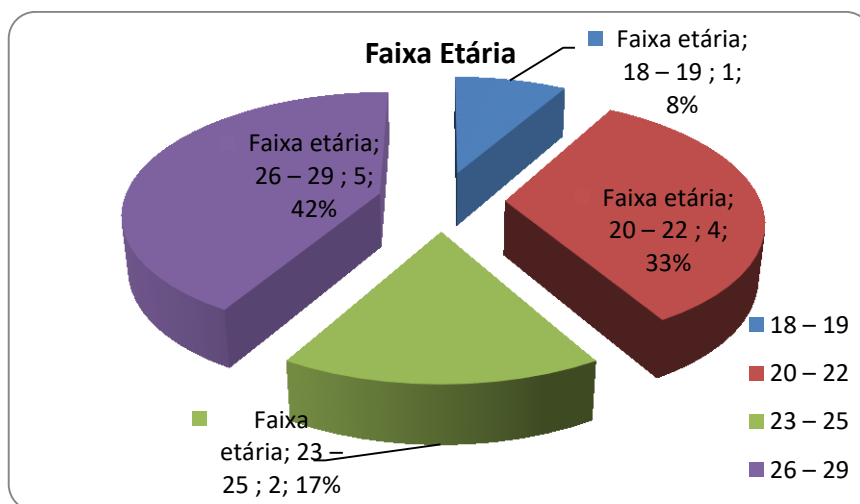


Gráfico 1 – Caracterização dos respondentes- faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A questão seguinte analisou o sexo dos entrevistados, no qual conforme resultados expostos no gráfico 2, 7 entrevistados são do sexo feminino e 5 pessoas do

sexo masculino, prevalecendo o maior número de mulheres educandas.

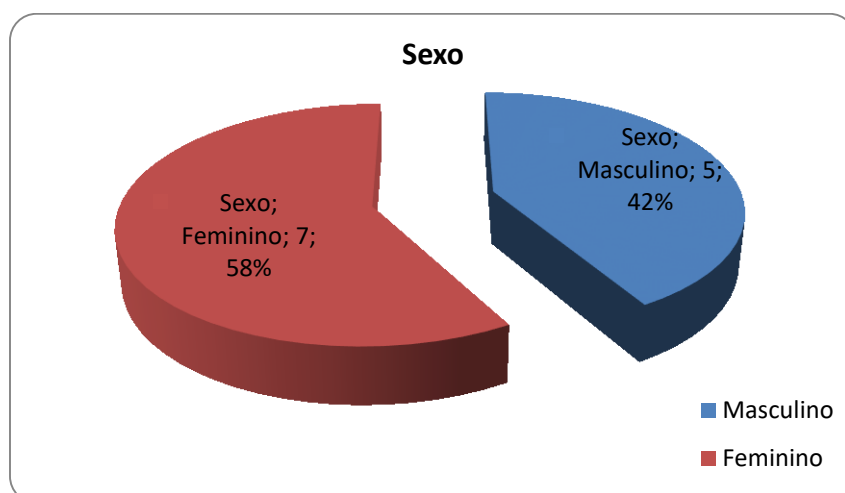


Gráfico 2 – Caracterização dos respondentes - Sexo

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No que se refere à faixa de renda familiar, a maioria dos educandos (5) ganham até 2 salários mínimos, bem como menos de 1 salário mínimo (5). Apenas dois educandos ganham acima de dois salários mínimos. O gráfico abaixo expoe os resultados:

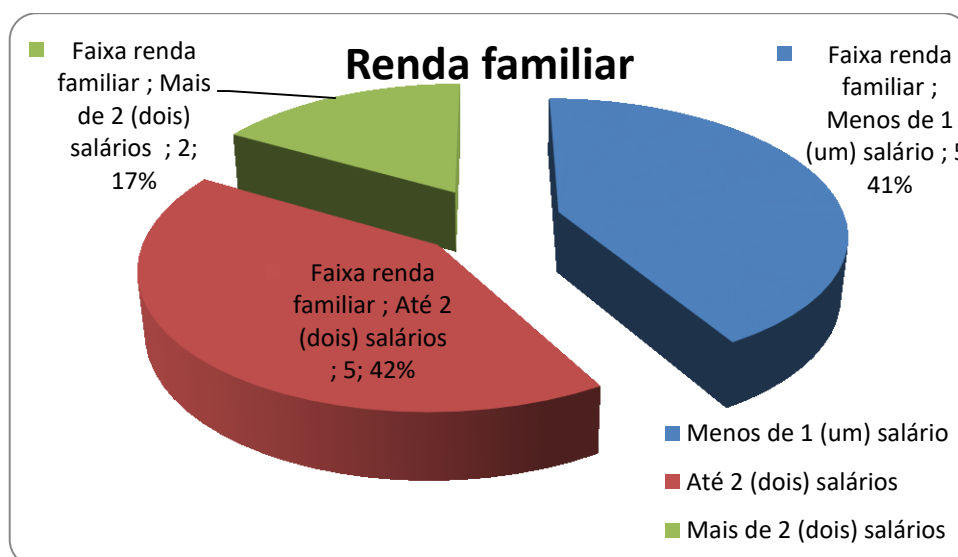


Gráfico 3 – Caracterização dos respondentes- Faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

5.2 Resultados e discussões

Quando indagados se o principal motivo para ingressarem no curso foi a busca de melhoria financeira, 11 entrevistados disseram que “sempre” e apenas um respondeu que “nunca”. Não houve escolhas para as outras respostas. O gráfico a seguir aponta os resultados:

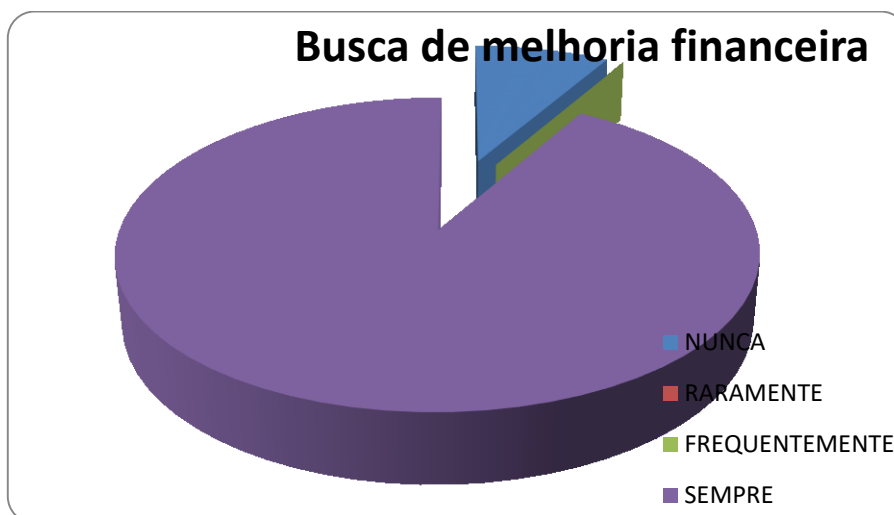


Gráfico 4 – Busca de melhoria financeira
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Indagou-se aos entrevistados se eles achavam que ingressar no curso os dariam possibilidade de emprego certo. As respostas embora divididas, demonstraram que apesar de acreditarem que o curso poderá melhorar sua situação financeira, não necessariamente garantirá a possibilidade de um emprego certo. Este resultado sugere que a perspectiva de melhoria financeira dos respondentes não está diretamente relacionada a um emprego formal.

Observa-se os resultados no gráfico abaixo:

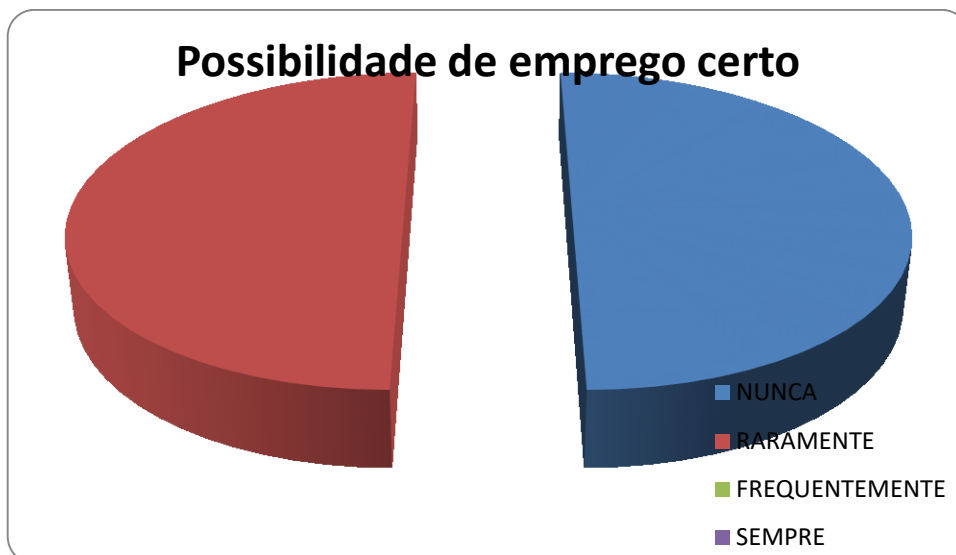


Gráfico 5 – Possibilidade de emprego certo
 Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Buscou-se saber dos educandos se ao ingressarem no curso acham que seus conhecimentos aumentarão. Conforme resultados expostos no gráfico, todos os entrevistados (12) informaram que “sempre”. Não houve escolha por outras respostas, mostrando que os alunos estimam adquirir conhecimentos que possam enriquecer seu currículo.

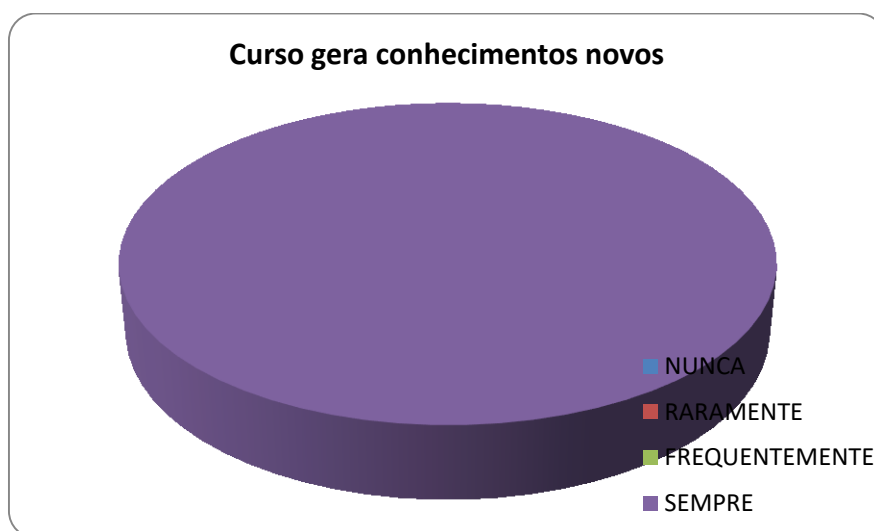


Gráfico 6 – Conhecimentos
 Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A questão 7 perguntou aos entrevistados se este será o primeiro dos outros cursos que irão realizar. Todos de forma unanime (12) disseram que “sempre”. Observa-se as respostas no gráfico abaixo:

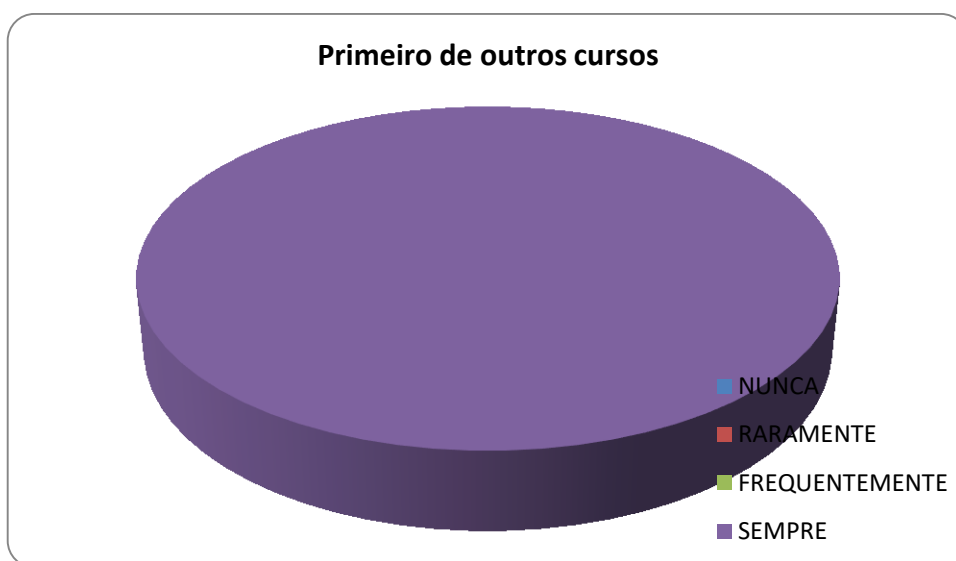


Gráfico 7 – Primeiro curso

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O último questionamento foi para saber se o aluno está motivado em seguir o curso até o final. E todos os doze educandos informaram que sim, “sempre”. Não havendo opção de escolha para as outras respostas.

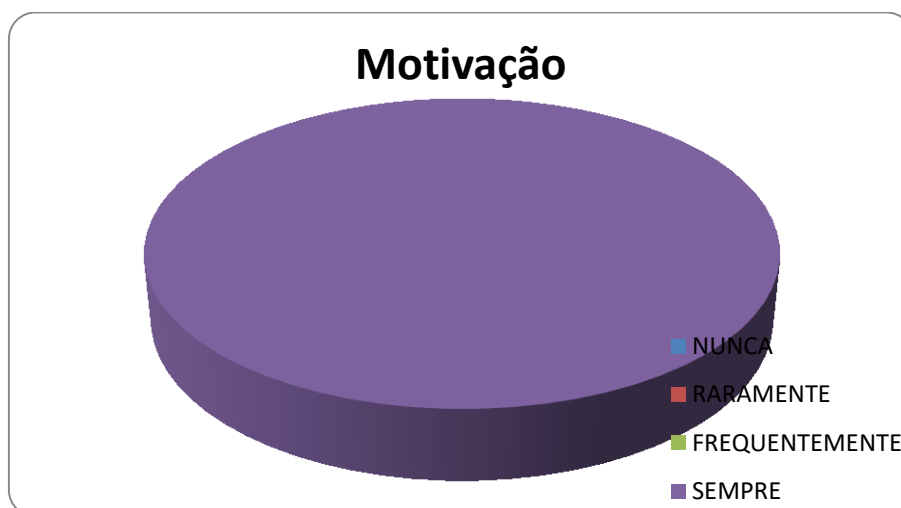


Gráfico 8 – Motivação

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Os resultados demonstram que ao tempo em que os estudantes acreditam que o curso os empoderará de mais conhecimento e lhes dará também uma perspectiva financeira. No entanto, esses “ganhos” não estão diretamente relacionados à garantia de

emprego formal. De repente, a percepção de melhoria financeira transcenda o entendimento de emprego formal, ou de que para a garantia do emprego formal seja necessário além de conhecimento, habilidades e atitudes, conforme o que a teoria prega a respeito das competências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar a contribuição da educação profissional para a mobilidade social e inserção dos jovens da turma de Projovem Urbano de uma escola Municipal de Fortaleza no mercado de trabalho. Deste modo, pretendeu-se atingir os seguintes objetivos específicos: descrever a percepção dos educandos em relação à expectativa de inserção no mercado de trabalho; identificar os fatores determinantes para a inserção dos jovens da turma de uma escola municipal no mercado de trabalho; e discutir a contribuição do trabalho para a mobilidade social dos jovens.

No tocante à percepção dos estudantes em relação à expectativa de inserção no mercado de trabalho observou-se pelos resultados da pesquisa que estes acreditam que com a realização de cursos profissionais aumentarão seu repertório teórico, assim como terão mais perspectiva de melhoria financeira. No entanto, acreditam que somente a realização dos cursos não garantirá a inserção no mercado de trabalho, de repente por acreditarem que existam outros fatores determinantes.

Em relação ao objetivo de identificar os fatores determinantes para a inserção dos jovens da turma de uma escola municipal no mercado de trabalho, ficou comprovado que o curso aumentará os conhecimentos dos estudantes, mas que são necessários outros elementos para inseri-lo no mercado de trabalho. A discussão sobre o conceito de competências, assim como, a análise do contexto socioeconômico atual podem significar esses elementos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marlene. **Primeiras Letras: Alfabetização de Jovens e Adultos em espaços populares.** São Paulo: Ática, 2009.

CUNHA, Conceição Maria da. **Discutindo Conceitos Básicos.** In Educação de Jovens e Adultos. Mec – Secretaria da Educação à Distância, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HADDAD, Sérgio. **Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** In.: MEC-INEPSEF/UNESCO, Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, (ANAIS), Brasília, p.86-108, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. **Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas.** Manaus: EDUA, 2003.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Hucitec, 1999.